Trecho da ferrovia Norte-Sul não é contemplado pelo PIL

Programa de Investimentos em Logística (PIL) chama atenção por não contemplar parte sul da Ferrovia Norte- Sul, que liga o Porto de Rio Grande ao centro do país

O governo federal apresentou nesta terça-feira (9) o Programa de Investimentos em Logística (PIL), um audacioso plano de concessões da infraestrutura nacional para o setor privado, que prevê um total de R$ 198,4 bilhões de investimentos em quatro modais: rodovias (R$ 66,1 billhões), ferrovias (R$ 86,4 bilhões), portos (R$ 37,4 bilhões) e aeroportos (8,5 bilhões). Apesar dos números grandiosos, o PIL chama a atenção ao não contemplar o trecho sul da Ferrovia Norte-Sul, que prevê a ligação entre Panorama (SP) até o Porto de Rio Grande (RS), passando por Paraná e Santa Catarina.

Para o vice-presidente da Frente Parlamentar das Ferrovias, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), a exclusão do traçado representa o isolamento geográfico e logístico dos três estados do Sul do Brasil. "Nós ficamos excluídos de uma melhora real para nossa infraestrutura. E o isolamento é uma demonstração de que, para o governo federal, o sul do país que tanto produz não tem significado", criticou. Jerônimo acredita que a exclusão do trecho sul da Ferrovia Norte-Sul deste plano de concessões se deve à demora no anúncio oficial do traçado, cujo Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) está com o cronograma atrasado há mais de um ano.

Jerônimo destaca que o momento requer ampla mobilização das forças políticas do Sul. O parlamentar já iniciou a articulação com as bancadas federal do RS, SC e PR. "Desta forma não há muito a comemorar porque foi um arremedo de plano. Já estou conversando com os colegas destes estados para fazermos um trabalho de mobilização. Não adianta apenas reclamar, temos que juntar forças para tentarmos reverter esse quadro", explicou. O parlamentar também buscará o apoio da Frente Parlamentar em Defesa das Ferrovias da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, cujo trabalho de mobilização vem sendo conduzido pela deputada estadual Zilá Breitenbach (PSDB).

O Programa de Investimentos em Logística (PIL) do governo federal reservou apenas R$ 5,7 bilhões para o Rio Grande do Sul, o equivalente a 2,87% dos mais de R$ 198 bilhões previstos. Serão R$ 3,2 bilhões para a duplicação e recuperação de 581 quilômetros de rodovias (BRs 101, 116, 290 e 386) e R$ 2,5 bilhões para ampliação da pista, do pátio e do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Salgado Filho.

Número de inscritos para o Enem cai 10,6% neste ano

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) teve 8.478.096 inscrições, 10,67% a menos que no ano passado, quando o número de inscritos chegou a 9,5 milhões. De acordo com dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), é a primeira queda em relação ao ano anterior desde 2011. De acordo com o ministro Renato Janine Ribeiro, a pasta investiga a causa dessa diminuição.

As inscrições terminaram sexta-feira (5). As provas serão aplicadas nos dias 24 e 25 de outubro. O número final de inscritos ainda será confirmado. A confirmação se dá apenas com o pagamento da taxa de R$ 63. No ano passado, dos cerca de 9,5 milhões, pouco mais de 8,7 milhões confirmaram a inscrição.

Uma das hipóteses levantadas pelo ministro é que caiu o número daqueles que não têm certeza de que farão o exame. Isso porque a pasta estabeleceu que os isentos que não fizerem o exame este ano e não justificarem, não terão isenção no ano que vem. O número de candidatos que solicitaram isenção por carência representa 43,9% dos inscritos – 3,7 milhões – uma redução em relação aos 52,5% do ano passado, cerca de 5 milhões. Além dos candidatos que declaram carência são isentos os concluintes do ensino médio da rede pública.

Em contrapartida, o número de pagantes aumentou: passou de 3,1 milhões em 2014 (32,4%), para 3,4 milhões (40,2%) neste ano. "Isso mostra que não houve exclusão devido ao preço da taxa. As pessoas que deixaram de se inscrever terá sido por outra razão que não essa", disse Janine. Este ano, a taxa de inscrição foi reajustada pela primeira vez desde 2004. Passou de R$ 35 para R$ 63, para repor as perdas com a inflação.

O Enem foi criado para avaliar os alunos que estão terminando o ensino médio ou que já o concluíram em anos anteriores. Estudantes que não terminarão o ensino médio este ano podem participar como treineiros, ou seja, o resultado não poderá ser usado para participar de programas de acesso ao ensino superior.

Atenção Investidores

VENDO PRÉDIO NO CENTRO DE PASSO FUNDO, LOCALIZADO NA RUA MOROM EM FRENTE A PRAÇA, TERRENO MEDINDO **11.88 X 46 M.**

TRATAR FONE 51- 9961-7077

E mais...

Emater: Filantropia garantida até 2017

A Emater terá até 2017 para provar que devido ao seu caráter filantrópico não tem a obrigação de assumir uma dívida de R$ 2 bilhões, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cobrada pela Receita Federal. A decisão ainda será analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A Emater atende gratuitamente em 493 dos 497 municípios gaúchos, através de 2,5 mil técnicos e extensionistas rurais. Nos últimos dias completou 60 anos de atividades.

Servidores da Justiça Federal em greve

Os servidores do Judiciário Federal do Rio Grande do Sul começam, nesta terça-feira, 9 de junho, greve por tempo indeterminado. Para marcar o início do movimento, o Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS (Sintrajufe/RS) realizará ato público, com concentração, às 14h30min, nas varas trabalhistas (Av. Praia de Belas, 1432), e caminhada até o Tribunal Regional do Trabalho (Av. Praia de Belas, 1100).

Os servidores estão há nove anos sem reajuste e exigem a aprovação do projeto de reposição salarial da categoria (PLC 28/15), que pode pode ser votado nesta semana no Senado. Além disso, querem um acordo orçamentário entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o governo federal que garanta o reajuste. Há nove anos os servidores estão sem reajuste salarial. Em nota oficial do STF, lançada em maio, o próprio tribunal reconhece que, ao final de 2015, as perdas salariais dos servidores chegarão 49,6%, considerando a inflação do período.

Como não têm uma data-base, que faça com que governo e STF negociem a reposição inflacionária a cada período, os servidores são obrigados a pressionar para a apresentação de projetos de lei que visem a essa reposição e, depois, pela aprovação desses projetos (sempre de forma parcelada). Ainda assim, há nove anos, os servidores do Judiciário Federal não têm projetos de reposição aprovados.